

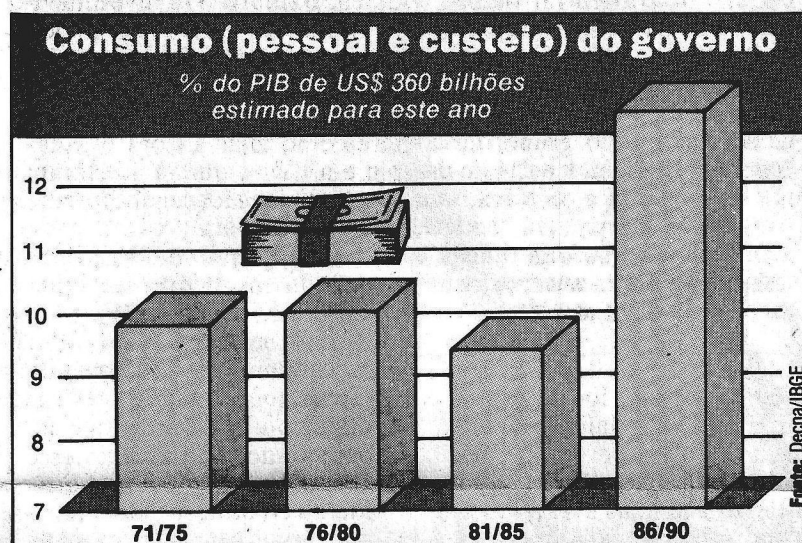
# SEM AJUSTE, CRISE PODE SER AINDA PIOR.

A crise que o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, desenhou para o Conselho da República, a pedido de Collor, não é só fiscal. "Ela é muito profunda e é também política", afirma o professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e ex-titular da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos, Yoshiaki Nakano. O cargo de Nakano, quando Bresser Pereira era ministro da Fazenda, em 1987, correspondia ao de Macedo hoje.

Macedo pintou um quadro tão negro da economia brasileira que mesmo com o ajuste fiscal preparado pelo governo e a renegociação da dívida externa, o País ainda levará dois anos — até 1993 — para conseguir um superávit nas contas do governo dentro do conceito de Necessidades de Financiamento do Setor Público, do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse conceito inclui o déficit da União, Estados, municípios e estaduais dos três níveis, descontada a inflação. Se for utilizado o conceito de déficit primário (que exclui os juros), tanto em 91 quanto em 92 existirá superávit.

A exposição de Macedo teve um destino certo: convencer os conselheiros, entre os quais representantes do Congresso, de que o Executivo está atado pela falta de uma reforma constitucional. Alguns dos grandes números apresentados demonstraram:

1. As despesas totais da União serão crescentes até 92 e só deve-



rão declinar um pouco em 93 por conta de uma diminuição dos juros. Ao todo, os governos e as estatais gastarão, em 1992, 40,28% de tudo o que os brasileiros produzem (PIB), ou o equivalente a US\$ 140 bilhões.

2. Houve uma explosão nos gastos de consumo do governo: eles evoluíram de 9,5% do PIB no quinquênio 81/85 para mais de 13% em 86/90 — um aumento de US\$ 11 a US\$ 12 bilhões.

3. O funcionalismo está absor-

vendo cada vez mais recursos, principalmente nos Estados e nos municípios: o aumento entre o início dos anos 70 e 1986 foi de quase 1,5% do PIB (mais de US\$ 5 bilhões), e em 90 chegou a 3% do PIB — de 4 para 7% do PIB, mais de US\$ 10 bilhões.

4. Com esses desequilíbrios, a inflação persiste e declinam tanto a poupança quanto o investimento — este, reduzido de 23% do PIB em média nos anos 70 (equivalentes, hoje, a US\$ 80 bilhões) a 17% no último quinquênio (US\$ 59,5 bilhões). O Brasil está investindo US\$ 20 bilhões a menos do que nos anos 70. Nos cálculos de Macedo, é mais ainda: ele faz suas contas com base num PIB de US\$ 420 bilhões; os outros economistas, de US\$ 350 bilhões.

**Quadro apresentado por Macedo está correto, mas é incompleto, diz Nakano.**

5. Apesar dos desequilíbrios, as receitas da União estão caindo e a proposta do governo é elevar os tributos. Sem resolver a crise fiscal, Macedo prevê: agravamento da inflação; risco de hiperinflação; e estagnação ou queda do PIB (com mais desemprego, menos salário, falta de serviços públicos, sucateamento da estrutura produtiva, degeneração da infra-estrutura, maior atraso e agravamento dos problemas).

6. Ao contrário, com ajuste fiscal, o secretário espera: estabilida-

de dos preços; retomada da confiança e dos investimentos; normalização das relações financeiras externas e ampliação dos fluxos de recursos para o País; retomada do crescimento; e aumento da receita de impostos.

"O quadro apresentado por Macedo está basicamente correto, mas é incompleto", afirma Nakano, para quem, além de estabilizar a economia (eliminar a inflação e o déficit), é necessário "definir um novo modelo de desenvolvimento, com regras claras de distribuição de rendas. O modelo que está aí não é aceitável."

O novo modelo, segundo Nakano, exige a integração do Brasil na economia mundial, passando pela reforma do Estado: "Com sua atual configuração do Estado, o governo brasileiro é sistematicamente derrotado em todas as eleições. O atual governo não conseguiu mudar isto."

"Isto equivale a mudar muito mais do que a Constituição para aumentar a receita. A negociação sobre os custos é que não está adequadamente discutida, nem existe uma instância de poder que permita uma decisão, seja consensual ou hegemônica. A sociedade pode aceitar a condução do processo pelo governo, mas este não é o caso agora. Após as eleições, o presidente Collor teve essa delegação de poder, mas não conseguiu aglutinar forças para negociar um programa de reformas. Isto exigiria um programa consistente de governo, apoiado por forças políticas mais organizadas".

A estabilização passa por mudanças salariais: "Não há como estabilizar a inflação sem que os salários nominais deixem de ser reajustados. Mas isto depende do apoio dos trabalhadores. Por sua vez, os trabalhadores só irão apoiar o governo se tiverem confiança em que, após a estabilização, o novo modelo trará uma distribuição mais justa dos rendimentos. O empresariado, igual-

mente, só estará disposto a pagar mais tributos se tiver confiança em que haverá uma gestão transparente e não denúncias constantes de corrupção."

**Existe espaço para reduzir gastos com pessoal nos Estados e municípios**

"Quanto mais forte o ajuste fiscal, menor o impacto recessivo, mais rapidamente a inflação será controlada e ocorrerá o reequilíbrio da economia. O efeito do déficit é tão perverso que é melhor cortar significativamente os gastos, restabelecendo a confiança no governo. O caminho do ajuste gradual é o pior", afirma Nakano, avaliando:

1) um déficit operacional de 2% do PIB em 92, como consta da exposição, "não vai estabilizar nada: é preciso recompor a capacidade do governo de investir e ampliar gastos em áreas como infra-estrutura e educação básica, além de saúde, portos, estradas, energia elétrica — onde o setor privado não entrará maciçamente";

2) para retomar o crescimento, "infelizmente as instituições oficiais terão que ser supridoras de crédito de longo prazo".

Há espaço, porém, para diminuir as despesas com pessoal, em especial nos Estados e municípios. No período 70/79, Estados e municípios consumiam com pessoal 3,87% do PIB — em 90, esse percentual foi 2,99 pontos maior — alcançando 6,86% do PIB. "Esses quase 3% do PIB — US\$ 11 a 12 bilhões — têm que se transformar em investimento público". Paralelamente, é preciso que a carga tributária bruta cresça, voltando aos 25% do PIB alcançados no período 70/75. Nesse processo, "a desestatização está na ordem do dia: não há qualquer razão para que o Estado ponha dinheiro em energia elétrica, petróleo, siderurgia — o governo tem que investir em educação e saúde". (F.P.J)